



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 02 de setembro de 2026.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN
Autoridade Portuária

Demonstrações Contábeis Consolidadas

2º Trimestre de 2026

CNPJ: 34.040.345/0001-90

Balço Patrimonial em 30 de Junho
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	207.939	221.087	Fornecedores e Contas a Pagar	11	2.179	2.171
Contas a Receber	5	40.168	41.007	Obrigações Trabalhistas	12	3.767	3.149
Estoques	6	2.079	1.697	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13	22.959	27.976
Tributos a Compensar	7	12.380	10.382	Outros Passivos	14	2.094	2.664
Despesas Antecipadas		178	11	Receitas Antecipadas	15	78.369	81.296
Outros Créditos	8	2.066	1.830				
Total do Ativo Circulante		264.810	276.014	Total do Passivo Circulante		109.368	117.256
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		138.121	132.308	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13	91.267	92.532
Contas a Receber	5	108.226	106.700	Provisão para Contingências	16	31.298	35.017
Tributos a Compensar	7	4.770	4.742	Convênios	17	5.433	5.433
Depósitos e Bloqueios Judiciais e Contratuais	9	25.125	20.866	Créditos para Aumento de Capital	19.a	5.512	5.194
Investimentos		30	30	Receitas Antecipadas	15	145.572	145.882
Imobilizado Líquido	10	187.832	175.729				
Intangível		0	9	Total do Passivo Não Circulante		279.082	284.058
				Patrimônio Líquido			
				Capital Social	18	490.932	490.932
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	53.677	53.447
Total do Ativo Não Circulante		325.983	308.076	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	19.b	88.013	88.013
				Prejuízos Acumulados	20	(430.279)	(449.616)
				Total do Patrimônio Líquido		202.343	182.776
Total do Ativo		590.793	584.090	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		590.793	584.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultado em 30 de Junho
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

Descrição	Nota	6 meses 2026	6 meses 2025	3 meses 2026	3 meses 2025
Receita Líquida	22	44.208	54.270	19.169	23.965
Custos operacionais	23	(21.444)	(21.257)	(10.435)	(9.997)
Lucro Bruto		22.764	33.013	8.734	13.968
(Despesas)/Receitas operacionais		(10.597)	29.315	(14.360)	39.931
Despesas Administrativas e Gerais	24	(24.953)	(20.329)	(14.105)	(9.939)
Despesas com Provisão de Perdas Estimadas Sobre Créditos	25	(1.670)	(333)	(274)	(344)
Despesas Tributárias		(1.181)	(709)	(773)	(260)
(Provisões)/Reversões para Passivos Contingentes	26	3.719	49.322	(267)	49.461
(Perdas)/Reversões pela Não Recuperabilidade de Ativos		0	0	0	0
Outras (Despesas)/Receitas operacionais	27	13.488	1.364	1.059	1.013
Lucro/(Prejuízo) antes das Receitas e Despesas Financeiras		12.167	62.328	(5.626)	53.899
Receitas Financeiras	28	15.252	65.265	7.745	61.088
Despesas Financeiras	28	(8.082)	(36.360)	(2.330)	(16.419)
Lucro/(Prejuízo) antes dos Tributos		19.337	91.233	(211)	98.568
IRPJ e CSLL		0	0	0	0
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	20.b	19.337	91.233	(211)	98.568
Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação (em R\$)		0,0001	0,0005	(0,0000)	0,0005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultado Abrangente em 30 de Junho
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Nota	6 meses 2026	6 meses 2025	3 meses 2026	3 meses 2025
Resultado do Período		19.337	91.233	(211)	98.568
Outros Resultados Abrangentes					
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	21	230	41.214	43	37.760
Resultado Abrangente Consolidado do Período		19.567	132.447	(168)	136.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 30 de Junho
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Nota	Capital Social (Nota 18)	Adiant. Aumento Capital (19.b)	Ajustes Aval. Patrim. (21)	Lucros/(Prejuízos) Acumulados (20.b)	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2024		432.843	76.435	30.053	(973.637)	(434.305)
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a				(505)	(505)
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	19.b					0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21			41.214		41.214
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	20.b				91.233	91.233
Em 30 de junho de 2025		432.843	76.435	71.267	(882.909)	(302.363)
Mutações do Período		0	0	41.214	90.728	131.942
Em 31 de dezembro de 2025		490.932	88.013	53.447	(449.616)	182.776
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a					0
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	19.b					0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21			230		230
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	20.b				19.337	19.337
Em 30 de junho de 2026		490.932	88.013	53.677	(430.279)	202.343
Mutações do Período		0	0	230	19.337	19.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 30 de Junho

(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Nota	6 meses findos em 30/06/2026	6 meses findos em 30/06/2025
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro/Prejuízo do Período	20.b	19.337	91.233
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e Amortização	10	5.569	6.484
Perdas (Reversão) pela não Recuperabilidade de Ativos	10	0	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	230	41.214
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a	0	(505)
Impostos Diferidos		0	0
Provisões (Reversão) para Contingências Judiciais	26	(3.719)	(49.322)
Provisões (Reversão) para Perdas com Créditos Esperadas	25	1.670	333
Despesas de Atualização Monetária	28	318	24.298
Baixas de Imobilizado	10	0	128
Redução (Aumento) de Ativos			
Contas a Receber	5	(2.357)	(6.737)
Estoques	6	(382)	121
Tributos a Compensar/Recuperar	7	(2.026)	(1.878)
Despesas Antecipadas		(167)	(121)
Outros Créditos	8	(236)	1.325
Depósitos Judiciais	9	(4.259)	(4.693)
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	11	8	(132)
Obrigações Trabalhistas	12	618	1.458
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	13	(6.282)	(100.439)
Outras Obrigações	14	(570)	(522)
Receitas Antecipadas	15	(3.237)	747
Contingências	16	0	0
Caixa Gerado pelas Operações			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		0	0
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		4.515	2.992
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de Imobilizado	10	(17.663)	(7.042)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento		(17.663)	(7.042)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Crédito para Aumento de Capital		0	0
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		0	0
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.148)	(4.050)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	221.087	122.086
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	207.939	118.036
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.148)	(4.050)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado em 30 de Junho

(Em milhares de reais - R\$)

	Descrição	Nota	6 meses findos em 30/06/2026	6 meses findos em 30/06/2025
1	Receitas		60.566	60.406
1.1	Vendas de Mercadoria, Produtos e Serviços	22	48.731	59.371
1.2	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	25	(1.670)	(333)
1.3	Outras Receitas	27	13.505	1.368
2	Insumos Adquiridos de Terceiros		(15.337)	35.235
2.1	Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	23/24	(7.966)	(6.795)
2.2	Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	23/24	(11.087)	(7.288)
2.3	Perda / Recuperação de Valores Ativos	27	(3)	(4)
2.4	Provisões para Contingências (Reversão/Constituição)	26	3.719	49.322
3	Valor Adicionado Bruto		45.229	95.641
4	Retenções		(5.569)	(6.484)
4.1	Depreciação e Amortização	23/24	(5.569)	(6.484)
5	Valor Adicionado Líquido		39.660	89.157
6	Valor Adicionado Recebido em Transferência		15.252	65.265
6.1	Receitas Financeiras	28	15.252	65.265
7	Valor Adicionado a Distribuir		54.911	154.422
8	Valor Adicionado Distribuído		54.911	154.422
8.1	Pessoal		19.387	18.582
8.1.1	Remuneração Direta e Encargos Sociais	23/24	12.044	12.756
8.1.2	Benefícios	23/24	5.388	4.541
8.1.3	FGTS	23/24	1.955	1.285
8.2	Impostos, Taxas e Contribuições		8.105	8.247
8.2.1	Federais	23/24	8.092	8.184
8.2.2	Estaduais		4	4
8.2.3	Municipais		9	59
8.3	Remuneração de Capitais de Terceiros		8.082	36.360
8.3.1	Juros e Correção Monetária	28	8.082	36.360
8.3.2	Aluguéis		0	0
8.4	Remuneração de Capitais Próprios		19.337	91.233
8.4.1	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.b	19.337	91.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2026 (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e Contexto Operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) é a autoridade portuária responsável pela administração do Porto de Natal, bem como detentora do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), do Porto de Maceió, localizado no Estado de Alagoas. O Convênio de Descentralização nº 001/2024, atualmente vigente, foi assinado em 10/09/2024, com prazo inicial de 360 dias. Em 15/08/2025, sua vigência foi prorrogada por 1 (um) ano, a partir de 06/09/2025, estendendo-se até 06/09/2026.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca encontra-se atualmente arrendado pelo prazo de 300 meses, conforme Contrato nº 009/2022, de 01/09/2022, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério Supervisor, com anuência da ANTAQ e interveniência da CODERN, e o Consórcio Intersal, com início em novembro de 2022. Conhecido como Porto Ilha por se tratar de uma estrutura em ilha artificial localizada em alto-mar, o terminal é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no Rio Grande do Norte - RN, maior produtor nacional desse produto, garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Elaboração

As informações contábeis são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R4) - Demonstrações Intermediárias (IAS 34).

A administração autorizou a emissão das referidas demonstrações contábeis na data de 12/08/2026, sendo estas o reflexo fidedigno da posição patrimonial, financeira e dos resultados da entidade, de acordo com as premissas de continuidade operacional e os critérios contábeis adotados.

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o período findo em 30 de junho de 2026 a Companhia apresenta lucro no montante de R\$ 19.337 mil. O resultado positivo do período decorre, principalmente, da reversão de provisões para contingências judiciais e administrativas, no montante de R\$ 3.719 mil, bem como do registro do desconto obtido na negociação de parcelamento de débitos previdenciários junto à PGFN, no montante de R\$ 11.148 mil. O prejuízo acumulado do período totaliza R\$ 430.279 mil (R\$ 449.616 mil em 31/12/2025), esse valor resulta da incorporação do lucro do período de R\$ 19.337 mil.

2.2. Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade de manutenção das operações por, no mínimo, 12 (doze) meses após à data-base destas informações contábeis intermediárias, considerando o desempenho operacional e financeiro observado no período, as projeções de fluxo de caixa, bem como as medidas de gestão voltadas ao fortalecimento das receitas, controle de despesas e expansão das operações portuárias.

Adicionalmente, permanecem em andamento projetos estratégicos relacionados ao arrendamento da área “NAT01”, à movimentação de cargas de animais vivos, à implantação de operações de transporte de passageiros para passeios turísticos no Rio Potengi e à reestruturação societária relacionada ao Porto de Maceió. Na avaliação da Administração, essas iniciativas poderão contribuir para a diversificação das receitas, o fortalecimento das operações e a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia no futuro.

Com base nas análises realizadas e nas medidas atualmente em execução, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter suas operações no curso normal dos negócios, não havendo, nesta data, intenção ou necessidade de descontinuidade operacional.

2.3. Declaração de Relevância

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.4. Moeda Funcional de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3. Políticas Contábeis Materiais

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles

adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa	30/06/2026	31/12/2025
Recursos em bancos	1.290	4.954
Fundo Rotativo	17	6
Recursos do Tesouro - SIAFI	95.098	104.556
Aplicações financeiras	111.534	111.571
Total	207.939	221.087

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 6,60% no período, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado.

5. Clientes e Contas a Receber

Composto por valores faturados e não liquidados pelos clientes, decorrentes de receitas tarifárias, outorgas e arrendamentos, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a períodos anteriores, apresentando saldos assim especificado:

Clientes e Contas a Receber	30/06/2026	31/12/2025
Contas a receber de clientes	9.463	9.346
Contas a receber de arrendamentos e outorgas	148.891	146.646
(-) Perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa	(9.960)	(8.285)
Total	148.394	146.707
Circulante	40.168	41.007
Não Circulante	108.226	106.700

Os valores referentes às outorgas dos contratos de arrendamentos são atualizados monetariamente com base no índice IPCA, conforme cláusulas constantes nos termos assinados.

6. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Estoques	30/06/2026	31/12/2025
Material de consumo permanente Sede	569	256
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	527	527
Material de consumo permanente Maceió	983	914
Total	2.079	1.697

7. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

Tributos a Compensar	30/06/2026	31/12/2025
Tributos Retidos na Fonte - IRRF e CSLL	7.410	5.242
Tributos a Recuperar - PIS, COFINS, ISS	8.653	9.875
Tributos Parcelados PGFN - INSS Perse	4.978	5.388

IRPJ/CSLL Estimado Estimado	1.087	-
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	-	7
(-) Provisão de perda	(4.978)	(5.388)
Total	17.150	15.124
Circulante	12.380	10.382
Não Circulante	4.770	4.742

Adicionalmente, há provisão para perda relacionada ao INSS parcelado no PERSE (R\$ 4.978 mil), matéria que está sendo discutida em processo judicial junto à PGFN.

8. Outros Créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias, assim como do Porto de Recife. Os saldos estão apresentados a seguir:

Outros Créditos	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos a Empregados	801	554
Outros Valores a receber	461	452
Servidores Cedidos	112	128
Valores a Receber de Terceiros	692	696
Total	2.066	1.830

9. Depósitos Judiciais

Compõe-se de valores referentes a depósitos e bloqueios judiciais, conforme detalhamento a seguir.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos/Bloqueios Judiciais Trabalhistas	2.271	1.491
Depósitos/Bloqueios Judiciais Cíveis	261	129
Depósitos/Bloqueios Judiciais Tributários	22.593	19.246
Total	25.125	20.866

Conforme nota explicativa nº 13, a Codern Sede e o Porto de Maceió vêm realizando depósitos judiciais referentes às diferenças das alíquotas de PIS e COFINS, em razão de processo judicial que pleiteia o reconhecimento da imunidade tributária dos Portos. As referidas diferenças decorrem da divergência entre o regime não cumulativo e o regime cumulativo de apuração das contribuições.

10. Imobilizado líquido

A seguir, apresenta-se a composição dos saldos, bem como a conciliação entre os valores contábeis registrados no início e no final do período.

Descrição	Custo em 30/06/2026	(-) Depreciação em 30/06/2026	(-) Ajuste ao Valor Recuperável em 30/06/2026	Saldo Líquido em 30/06/2026	Saldo Líquido em 31/12/2025
Bens em Operação	631.846	(278.922)	(265.575)	87.349	91.551
Bens Administração	100.188	(30.366)	(52.265)	17.557	17.970
Bens de Terceiros	69.394	(4.214)	0	65.180	65.658
Imobilizado em Andamento	19.392	0	(1.646)	17.746	550

Total	820.820	(313.502)	(319.486)	187.832	175.729
--------------	----------------	------------------	------------------	----------------	----------------

Discriminação	Saldo em 31/12/2025	(+/-) Adições/ Transf.	(+/-) Baixas/ Ajustes	(-) Depreciação	(-) Ajuste ao Valor Recuperável	Saldo em 30/06/2026
Bens em Operação	91.551	264	0	(4.466)	0	87.349
Infraestrutura Marítima	13.134	213	0	(424)	0	12.923
Infraestrutura Acostagem	71.461	0	0	(2.744)	0	68.717
Infraestrutura Terrestre	0	0	0	0	0	0
Armazenagem	158	0	0	(7)	0	151
Equipamentos	6.798	51	0	(1.291)	0	5.558
Bens Administração	17.970	203	0	(616)	0	17.557
Terrenos	96	0	0	0	0	96
Edifícios e Benfeitorias	15.404	0	0	(400)	0	15.004
Instalações	1.964	0	0	(73)	0	1.891
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	186	51	0	(26)	0	211
Equipamentos de Informática	64	120	0	(19)	0	165
Móveis e Utensílios	108	27	0	(10)	0	125
Veículos	0	0	0	(1)	0	(1)
Ferramentas	15	5	0	(5)	0	15
Peças e Conjuntos de Reposição	133	0	0	(82)	0	51
Bens de Terceiros	65.658	0	0	(478)	0	65.180
Infraestrutura Marítima	2.786	0	0	(41)	0	2.745
Infraestrutura Acostagem	57.545	0	0	(412)	0	57.133
Terminal de Passageiros	5.327	0	0	(25)	0	5.302
Imobilização em Curso	550	17.196	0	0	0	17.746
Total	175.729	17.663	0	(5.560)	0	187.832

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2025. Abaixo, demonstrativo de movimentação no período:

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 30/06/2026
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	165.958	165.958
UGC Porto de Natal	106.030	106.030
UGC Terminal de Passageiros	47.498	47.498
UGC Porto de Maceió	-	-
Total	319.486	319.486

11. Fornecedores e Contas a pagar

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços, além de contas a

pagar a com concessionárias de serviços essenciais.

Fornecedores e Contas a Pagar	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores de bens e materiais	1.626	1.282
Fornecedores de serviços	386	311
Contas a Pagar	167	578
Total	2.179	2.171

12. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Obrigações Trabalhistas	30/06/2026	31/12/2025
Salários e Remunerações a Pagar	14	6
13º Salário a Pagar	4	-
Férias a Pagar	4	-
Rescisões a Pagar	2	-
Provisão para Férias	2.757	2.816
Provisão para 13º Salário	650	-
Outras Obrigações Trabalhistas	336	327
Total	3.767	3.149

13. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Obrigações Fiscais e Previdenciárias	30/06/2026	31/12/2025
Encargos Sociais e Previdenciários	11.577	19.036
INSS a Pagar	484	14.421
FGTS a pagar	151	219
Plano de Previdência Complementar	4.519	4.258
INSS - Autônomos	17	17
INSS - Terceiros	332	121
INSS - Débitos Inscrito PGFN	6.074	-
Obrigações Fiscais	11.382	8.940
Tributos Federais a Recolher	4.232	3.901
Parcelamentos Fiscais - Federais	4.914	3.240
Tributos Municipais	922	484
Parcelamentos Fiscais - Municipais	1.315	1.315
Total Circulante	22.959	27.976

Obrigações Fiscais e Previdenciárias	30/06/2026	31/12/2025
Encargos Sociais e Previdenciários	54.825	66.547
INSS a Pagar	3.698	15.038
Plano de Previdência Complementar	51.127	51.509
Obrigações Fiscais	36.442	25.985
Parcelamentos Fiscais - Federais	11.707	4.260
Tributos Municipais	1.179	1.179

Outras Obrigações Fiscais	23.556	20.546
Total Não Circulante	91.267	92.532

O saldo de INSS a Pagar (circulante + não circulante) caiu de aproximadamente R\$ 29.459 mil para R\$ 4.182 mil no período, em razão da adesão, em fevereiro de 2026, ao parcelamento por transação tributária com a PGFN, nos termos da Lei nº 13.988/2020.

Essa migração teve três efeitos principais:

Desconto de R\$ 11.148 mil - redução efetiva do passivo, referente ao abatimento de multas e juros concedido na transação;

Reclassificação de R\$ 8.055 mil para Parcelamentos Fiscais - Federais - parcela do débito que passou a ser paga conforme o novo cronograma parcelado;

Reclassificação para "INSS - Débitos Inscrito PGFN" (R\$ 6.074 mil) - parcela do débito que **permanece inscrita em dívida ativa na PGFN, ainda não incluída no parcelamento**, e por isso segregada em conta própria para melhor identificação.

A Companhia (Codern - Sede e Porto de Maceió) discute judicialmente a forma de apuração das contribuições ao PIS e à COFINS, sustentando o enquadramento no regime cumulativo, em razão da imunidade tributária aplicável às suas atividades.

Em decorrência das decisões judiciais favoráveis em primeira instância e da tramitação do processo em grau recursal, a Companhia vem efetuando o recolhimento das contribuições pelo regime cumulativo e, paralelamente, reconhece e deposita judicialmente as diferenças apuradas em relação ao regime não cumulativo.

Em 30 de junho de 2026, dentro do montante de R\$ 23.556, registrado no passivo não circulante - outras obrigações fiscais, consta R\$ 20.370 referente às diferenças de PIS e COFINS cuja exigibilidade encontra-se suspensa, em contrapartida aos valores registrados no ativo realizável a longo prazo, na rubrica de depósitos judiciais, até o desfecho definitivo das demandas judiciais.

No que diz respeito aos valores de R\$ 4.519 (curto prazo) e R\$ 51.127 (longo prazo) relativos ao Plano de Previdência Complementar, em 25 de fevereiro de 2025, foi celebrado Termo de Conciliação entre a Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte - CODERN, juntamente com o Porto de Maceió, e o PORTUS - Instituto de Seguridade Social. O acordo, homologado no âmbito da Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal - nº 00001/2025/CCAF/CGU/AGU, visa à extinção de litígios judiciais históricos envolvendo obrigações previdenciárias do plano PBPL e seus planos cindidos.

A proposta final resultou em um compromisso financeiro individualizado de: R\$ 33.832 mil por parte da CODERN; e R\$ 32.951 mil pela APMC (Porto de Maceió), totalizando R\$ 66.783 atribuídos à atuação conjunta das duas entidades patrocinadoras.

O acordo representa uma significativa redução no passivo previdenciário decorrente da aplicação de deságios acordados entre as partes e contribui diretamente para o equacionamento das obrigações atuariais perante o PORTUS.

Os Termos de Composição e Ajuste de Dívida (TCDs) individuais entre cada patrocinadora e o PORTUS foram formalizados em 11/04/2025, com pagamento da 1ª parcela em maio/2025, o qual foram financiados em 144 parcelas mensais, calculadas segundo o sistema Price de amortização e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC sobre o saldo devedor. Cabe ressaltar que a parte que cabe a APMC, foi feito um aporte inicial de R\$ 10.000 mil em parcela única, no ato do acordo.

Em razão da celebração do TCD, a Companhia reconheceu formalmente obrigação financeira suficiente para a cobertura integral do passivo atuarial, apurado conforme critérios estabelecidos pelo CPC 33. Dessa forma, o estudo atuarial do plano passou a apresentar déficit nulo. Assim, os valores reconhecidos no balanço patrimonial encontram-se integralmente respaldados pelo

compromisso formal assumido pela Companhia por meio do TCD, inexistindo, na presente data, déficit atuarial a ser registrado.

Abaixo as informações atuariais dos períodos:

14. Outros Passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

Outros Passivos	30/06/2026	31/12/2025
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	1.899	2.487
Valores Pendentes de Classificação	150	148
Outras Obrigações	45	29
Total	2.094	2.664

15. Receitas Antecipadas

Os valores correspondem a antecipação de receita originados dos leilões nº 07/2021-Antaq da área MAC13 (Porto de Maceió), nº 09/2021-Antaq em relação ao Terminal Salineiro de Areia Branca, nº 03/2023-Antaq da área MAC11 (Porto de Maceió), nº 02/2023-Antaq da área Mac11A (Porto de Maceió), nº 04/2023-Antaq da área Mac12 (Porto de Maceió), nº 10/2023-Antaq da área Mac15 e nº 07/2024 da área Mac 16. Os valores recebidos antecipadamente ou em função de outorga serão realizados como receita no prazo do arrendamento. Os valores referentes às outorgas dos contratos com a Vibra Energia (MAC 11), Ipiranga S.A. (MAC 12), Origem Energia (Mac 11A), Intermarítima (Mac 15) foram atualizados monetariamente com base no índice IPCA.

A coluna "(+) Adições" refere-se aos valores de **novos contratos firmados no período** e/ou às **atualizações monetárias (correção pelo IPCA)** sobre os contratos já existentes, conforme mencionado acima.

Arrendatária	Total de Meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2025	(+) Adições	(-) Apropriações	Saldo em 30/06/2026
al - Tersab	300	256	13.568	-	(311)	13.257
: - Mac 13	300	256	7.731	-	(177)	7.554
Energia - Mac 11	300	269	58.878	486	(1.200)	58.164
n Energia - Mac 11A	300	269	40.182	332	(820)	39.693
ga Prod. de Petróleo - 2	300	269	104.770	786	(2.140)	103.416
arítima Ltda - Mac 15	60	34	742	15	(100)	657
rcio Britto - Mac 16	60	48	1.307	-	(145)	1.162
ito do Brasil ação S/A - Nat01	4	3	-	50	(12)	38
Total			227.178	1.669	(4.905)	223.941
ante			81.296			78.369

16. Passivos Contingentes e Provisão para Contingências

Compõe-se de valores em discussão em processos judiciais ou administrativos, cujos saldos, considerados como de provável perda, conforme previsto na NBC TG (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24/07/2009.

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e administrativas e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Contingências administrativas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.261	1.818	5.938	-	35.017
Provisões constituídas no período	80	1.936	-	8	2.024
Baixas de provisões	-	-	-	-	-
Reversões	-	(531)	(5.212)	-	(5.743)
Saldo em 30 de junho de 2026	27.341	3.223	726	8	31.298

16.1 Provisões para Causas Trabalhistas

Na matriz, temos 11 processos em andamento, os processos mais elevados discutem diferenças de horas extras, salariais e/ou verbas rescisórias e apresentam o montante de R\$ 432 mil.

Na filial Maceió, temos 19 processos em andamento, com objetos sobre adicional noturno, horas extras, adicional de risco, desvio de função e equiparação salarial. O mais relevante tem o montante de R\$ 934 mil.

16.2 Provisões para Causas Cíveis

Na matriz, temos 03 processos, o mais relevante correspondente ao montante de R\$ 538 mil, se refere a indenização por dano moral/material e obrigação de fazer.

Na filial Maceió encontra-se registrado 01 processo em trâmite, tendo no valor de R\$ 26.644 mil, relativo à ação judicial movida pela empresa Mendes Júnior, decorrente de divergências relacionadas ao contrato de construção e execução de obras de infraestrutura no Porto de Maceió. A reivindicação tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de alegados custos adicionais e alterações nas condições inicialmente pactuadas.

16.3 Provisões para Causas Tributárias

Na matriz, há 01 processo no montante de 387 mil, refere-se à ação de execução fiscal promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário - Antaq.

Na filial Maceió encontra-se registrado 03 processos, sendo o de maior relevância R\$ 286 mil tendo como credor a Antaq.

16.4 Provisões para Causas Administrativas

Corresponde à aplicação de multa do Tribunal Marítimo, no montante de R\$ 8 mil.

16.5 Passivos Contingentes Classificados como Possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível, trabalhista e administrativas, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria

jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 30/06/2026 somou R\$ 279.885 mil (R\$ 277.039 mil em 31/12/2025), assim especificadas:

Contingências Possíveis	30/06/2026	31/12/2025
Causas trabalhistas	10.024	6.916
Causas fiscais	36.131	58.036
Causas cíveis	232.599	210.902
Causas administrativas	1.133	1.185
Total	279.885	277.039

Na matriz, há 67 processos. Os mais relevantes são: ação de pré-executividade de tributos previdenciários junto à Fazenda Nacional (R\$ 24.315 mil); ação de reequilíbrio contratual relativa à obra do Terminal Salineiro de Areia Branca (R\$ 48.842 mil); execução fiscal referente a penalidades junto à SET/RN (R\$ 10.465 mil); ação de cobrança de contribuições previdenciárias junto ao Portus (R\$ 21.551); e ação civil pública relacionada à operacionalização do escâner de contêineres (R\$ 11.000 mil).

Na filial, há 15 processos. O mais relevante é o movido pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, referente aos reflexos da dragagem na fauna e flora marinhas (R\$ 139.017 mil).

17.Convênios - Terminal de Passageiros

Em 30/06/2026, o saldo de R\$ 5.433 mil registrado na rubrica Convênios - Terminal de Passageiros refere-se à obra realizada no Terminal de Passageiros do Porto de Maceió, executada com recursos provenientes do DNIT. O valor permanece registrado nessa rubrica até a formalização da incorporação do ativo ao patrimônio da APMC, conforme orientação dos órgãos competentes.

Com o objetivo de esclarecer a destinação dos recursos e a forma adequada de contabilização, o Porto de Maceió encaminhou o Ofício nº 62/2024 ao Superintendente do DNIT/AL, em 06/06/2024. Posteriormente, a APMC enviou o Ofício nº 014 à COPAR/STN, em 20/09/2024, solicitando orientação quanto à natureza dos recursos e ao devido registro contábil da referida obra, tendo reiterado o pedido em 07/01/2025, com vistas à regularização patrimonial.

A COPAR/STN manifestou-se por meio do Parecer SEI nº 3606/2025/MF, de 23/09/2025, entendendo que o terminal poderá ser incorporado ao patrimônio da Companhia por meio de integralização de capital mediante bens, condicionada à apresentação de parecer jurídico, laudo de avaliação do bem e aprovação formal do aumento de capital.

O parecer jurídico da Companhia, emitido em 05/02/2026, manifestou-se favoravelmente à recomendação da COPAR/STN. A Companhia já dispõe do laudo de avaliação e elaborou a proposta de aumento de capital, que se encontra em fase de aprovação pelos órgãos estatutários, para posterior submissão à Assembleia Geral, com a finalidade de formalizar a integralização do capital e regularizar o registro capital social no patrimônio da APMC.

18. Capital Social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 30 de junho de 2026 soma R\$ 490.932 mil.

Acionistas	Em R\$ mil	% Participação	Quantidade de Ações
União Federal	490.932	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$ mil	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	266.508	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	224.423	82.832.151.204
Total	490.932	181.197.364.435

19. Créditos para Aumento de Capital

a. Valores Registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para Aumento de Capital	30/06/2026	31/12/2025
Porto de Natal e Areia Branca		
Saldo Principal	1.362	1.362
Correção Selic	3.438	3.120
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	712	712
Total	5.512	5.194

b. Valores Registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa pública, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	30/06/2026	31/12/2025
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Sal. de Areia Branca	375	375
Implantação do Programa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	109	109
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	1	1
Melhoria e Recuperação das Inst. Elétricas - Energia Solar	4.000	4.000
Recuperação Estrutural dos Armazéns dos 1 e 2	1.964	1.964
Recuperação Estrutural dos Galpões dos 1 e 2	1.564	1.564
Defensas do Cais do Porto de Natal	10.000	10.000
Delfin de proteção dos Pilates da Ponte Newton Navarro	10.000	10.000
Dragagem do Canal de Acesso ao Porto de Natal	60.000	60.000
Total	88.013	88.013

20. Prejuízos Acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

Em 2026, a Companhia não realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores. Em 2025, foram registrados ajustes, cujo impacto no resultado de períodos anteriores totalizou R\$ -505 mil.

b. Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia apresentou lucro de R\$ 19.337 mil em 30/06/2026 (lucro de R\$ 91.233 mil em 30/06/2025), no entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas e receitas não desembolsáveis/reembolsáveis, tais como: depreciação, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, bem como reversões de provisões, houve lucro na Companhia, no valor de R\$ 23.175 mil em 30/06/2026 (lucro de R\$ 73.026 mil em 30/06/2025), conforme o quadro a seguir:

Resultado	30/06/2026	30/06/2025
Resultado líquido	19.337	91.233
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	5.569	6.484
Provisões/(Reversão) para contingências judiciais	(3.719)	(49.322)
Provisões/(Reversão) para perdas com créditos esperadas	1.670	333
Despesas de atualização monetária	318	24.298
Resultado Líquido Ajustado	23.175	73.026

21. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 230 mil em 30/06/2026 (ganho líquido de R\$ 41.214 mil em 30/06/2025) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido.

22. Receita Líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Consolidado	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de			Período de três meses findos em 30 de junho de		
	2026		2025	2026		2025
Receita bruta dos serviços prestados						
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	12.359		16.625	5.605		7.343
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.031		1.116	447		463
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	8.380		9.047	3.237		2.984
Receitas de Armazenagem	102		3.370	-		1.743
Receitas por Diversos Padronizados	3.517		2.865	833		812
Receitas com Contratos de Arrendamento	22.810		24.769	11.126		12.879
Receitas Alternativas	532		1.579	(108)		225
Total da Receita bruta	48.731		59.371	21.140		26.449
(-) Impostos sobre serviços prestados	(4.523)		(5.101)	(1.971)		(2.484)
Receita líquida dos serviços prestados	44.208		54.270	19.169		23.965

Os quadros abaixo demonstram a receita líquida por Porto.

Porto de Natal	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de			Período de três meses findos em 30 de junho de		
	2026		2025	2026		2025
Receita bruta dos serviços prestados						
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	1.052		901	428		390
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	379		350	126		96
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	800		690	245		283
Receitas de Armazenagem	102		59	-		1
Receitas por Diversos Padronizados	1.539		902	364		244
Receitas com Contratos de Arrendamento	912		833	416		392
Receitas Alternativas	456		678	198		211
Total da Receita bruta	5.240		4.413	1.777		1.617
(-) Impostos sobre serviços prestados	(485)		(376)	(165)		(149)
Receita líquida dos serviços prestados	4.755		4.037	1.612		1.468

O Porto de Natal apresentou aumento de 18% em suas receitas, decorrente principalmente do crescimento de 30% na movimentação de tonelagens.

Terminal Salineiro de Areia Branca	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de			Período de três meses findos em 30 de junho de		
	2026		2025	2026		2025
Receita bruta dos serviços prestados						
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	5.425		5.288	2.729		2.470
Receitas com Contratos de Arrendamento	5.912		5.563	2.859		2.766
Total da Receita bruta	11.337		10.851	5.588		5.236
(-) Impostos sobre serviços prestados	(1.049)		(1.004)	(517)		(485)
Receita líquida dos serviços prestados	10.288		9.847	5.071		4.751

O Terminal Salineiro de Areia Branca apresentou aumento discreto de 4% em suas receitas, decorrente principalmente do reajuste do contrato de arrendamento do terminal.

Porto de Maceió	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de			Período de três meses findos em 30 de junho de		
	2026		2025	2026		2025
Receita bruta dos serviços prestados						
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	5.884		10.436	2.452		4.485
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	652		765	321		366
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	7.580		8.357	2.991		2.701
Receitas de Armazenagem	-		3.312	-		1.743
Receitas por Diversos Padronizados	1.978		1.964	469		569
Receitas com Contratos de Arrendamento	15.985		18.373	7.849		9.720
Receitas Alternativas	76		901	(306)		14
Total da Receita bruta	32.155		44.108	13.776		19.598
(-) Impostos sobre serviços prestados	(2.990)		(3.722)	(1.290)		(1.852)
Receita líquida dos serviços prestados	29.165		40.386	12.486		17.746

O Porto de Maceió apresentou redução de 27% em suas receitas, em decorrência da queda de 28% na movimentação de tonelagens, o que impactou negativamente as receitas tarifárias.

23. Custos Operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2026	2025	2026	2025
Custos Operacionais				
Pessoal	8.758	8.899	4.578	3.806
Serviços	7.810	6.582	3.436	3.333
Materiais	157	213	124	49
Depreciação	5.190	6.090	2.528	3.085
(-) Créditos de Impostos sobre Depreciação	(471)	(527)	(231)	(276)
Total	21.444	21.257	10.435	9.997

Houve redução de 1% nos custos operacionais do período, destacando-se o grupo de serviços, com aumento de 19%, em razão de despesas com serviços de balizamento, energia e aluguel de bens móveis.

24. Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2026	2025	2026	2025
Despesas Gerais e Administrativas				
Pessoal	13.658	12.791	6.723	6.416
Serviços de Terceiros	8.909	5.405	6.078	2.398
Utilidades	101	71	59	36
Despesas Gerais	1.906	1.668	1.061	892
Depreciação	379	394	184	197
Total	24.953	20.329	14.105	9.939

Houve um aumento de 23% nas despesas operacionais do período. Entre as variações mais significativas, destaca-se o grupo de serviços de terceiros, impactado principalmente pelos gastos com a retirada do rebocador Corumbá que afundou.

25. Despesas com Perdas Estimadas sobre Créditos

Refere-se às Perdas Estimadas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativas a valores a receber de clientes, bem como às provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2026	2025	2026	2025
Perdas Estimadas sobre Créditos				
Provisão para perdas estimadas sobre créditos	(3.323)	(1.112)	(1.874)	(590)
Reversão de provisões	1.653	779	1.600	246
Saldo Líquido de Provisões Constituídas	(1.670)	(333)	(274)	(344)

26. Provisões/Reversões para Passivos Contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de	Período de três meses findos em 30 de junho de
--	---	--

Passivos Contingentes	2026	2025	2026	2025
Provisão para contingências	(2.024)	(629)	(267)	(390)
Reversão de provisões	5.743	49.951	-	49.851
Saldo Líquido de Provisões Constituídas	3.719	49.322	(267)	49.461

27. Outras (Despesas)/Receitas Operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidas de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas.

Descrição	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2026	2025	2026	2025
Outras Receitas e Despesas				
Outras Receitas	13.505	1.368	1.074	1.013
Reembolso de Despesas	50	21	20	1
Taxa para Operação Portuária	1	1	0	1
Reversão de déficit atuarial	917	1.346	402	1.011
Liberação de Alvará	100	0	100	0
Reversão Perda com Tributos	410	0	0	0
Desconto Obtido PGFN - Transação lei 13.988/20	11.148	0	0	0
Taxa de inscrição em concurso	202	0	108	0
Outras receitas	677	0	444	0
Outras Despesas	(17)	(4)	(15)	0
Ajustes de Estoques	(3)	(4)	(1)	0
Multas	(14)	0	(14)	0
Total	13.488	1.364	1.059	1.013

28. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e rendimentos de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de		Período de três meses findos em 30 de junho de	
	2026	2025	2026	2025
Resultado Financeiro				
Receitas Financeiras	15.252	65.265	7.745	61.088
Juros Ativos	73	113	45	83
Variações Monetárias Ativas	868	153	590	153
Multas Ativas	159	64	78	56
Descontos Obtidos	-	56.628	-	56.628
Juros e Correção monetária s/ Dep. Recursal	2	5	2	2
Rendimentos s/ Aplicação Financeira	14.149	8.302	7.030	4.166
Juros Correção Monetária s/Bloqueio Judicial	1	-	-	-
Despesas Financeiras	(8.082)	(36.360)	(2.330)	(16.419)
Juros Passivos	(4)	(2)	-	(2)

Variações Monetárias	(1)	(3.892)	(1)	(49)
Encargos Financeiros AVP	(264)	(247)	(188)	(246)
Atualização Monetária	(592)	(299)	(308)	(151)
Despesas Bancárias	(30)	(73)	(16)	(31)
Multas	(385)	(25)	-	(25)
Juros s/PORTUS	(1.283)	(4.141)	(643)	(1.346)
Variação Monetária s/PORTUS	(1.932)	(2.936)	(894)	(944)
Variação Monetária s/Créditos de Acionista - Decreto 2.673/98	(317)	(24.297)	(164)	(13.398)
Atualização Monetária - INSS	(300)	(433)	(87)	(225)
Outras Despesas Financeiras	(2.974)	(15)	(29)	(2)
Total	7.170	28.905	5.415	44.669

Houve uma redução de 77% na receita financeira, decorrente, principalmente, desconto sobre a negociação com o Portus. Quanto à despesa financeira, registrou-se redução de 78%, destacando-se, entre as variações mais relevantes, a conta de variações monetárias, em função da atualização da dívida previdenciária do Porto de Maceió, bem como da atualização monetária sobre créditos destinados ao aumento de capital e dívida com o Portus.

29. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN, revisada conforme PL.1011.01, versão 3.0.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

30. Eventos Subsequentes

Em 24 de julho de 2026, transitou em julgado o acórdão proferido nos autos da Ação Judicial que reconheceu à Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN o direito à imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, com o consequente afastamento da incidência de impostos federais sobre seu patrimônio, sua renda e seus serviços.

Trata-se de evento subsequente que não requer ajuste às demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026, nos termos do CPC 24 - Evento Subsequente. A Administração encontra-se em processo de análise dos efeitos contábeis, patrimoniais, fiscais e financeiros decorrentes dessa decisão, razão pela qual, até a presente data, não é possível estimar seus efeitos financeiros.

PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS
Diretor Presidente
CPF Nº 590.476.905-91

HUGO ALEXANDRE MENESES FONSECA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 035.557.604-08

PAULO SIDNEY GOMES SILVA
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 897.342.034-87

ALBINO KLEBER AIRES FERNANDES
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 026.975.684-17

CARLOS RENATO FONSECA DA COSTA
Contador - CRC 010945/RN
CPF Nº 075.895.934-60



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Renato Fonseca da Costa, Analista Portuário: Contador**, em 02/09/2026, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Macedo Carlos, DIRETOR PRESIDENTE - DP**, em 02/09/2026, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Albino Kleber Aires Fernandes, Gerente de Recursos Financeiros**, em 03/09/2026, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sidney Gomes Silva, Diretor Técnico Comercial**, em 03/09/2026, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Alexandre Meneses Fonseca, Diretor Administrativo e Financeiro - DAF-CODERN**, em 04/09/2026, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **11749519** e o código CRC **8C5E7DB7**.



Referência: Processo nº 50902.000885/2026-07



SEI nº 11749519

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220, - Bairro Ribeira
Natal/RN, CEP 59010-700
Telefone: 4005-5330